

Introdução ao livro "Le Grand bluff capitaliste" Um conto dos anos oitenta

O discurso económico raramente foi tão desconcertante como durante esta última década: com efeito, nunca antes se viu multiplicarem-se apreciações tão contraditórias sobre uma mesma realidade. Há alguns anos, era o fim de tudo: fim da História, fim do trabalho, fim do comunismo. A queda do Muro trouxera à luz o horizonte inultrapassável do capitalismo, pelo que não nos restava senão maravilhar-nos perante essa vitória definitiva, resignando-nos, ao mesmo tempo, a desistir definitivamente das nossas conquistas sociais.

Este triunfo tinha, desde à partida, um gosto estranho, pois decretava ser impossível voltar ao pleno emprego, desencadeando, pelo contrário, um repúdio implacável e insaciável da protecção social e das despesas públicas. Aquilo que, antes da queda do Muro, fora possível e de que o capitalismo da altura se vangloriava passou bruscamente a ser uma miragem enganadora, uma ilusão arcaica. O capitalismo triunfava, sim, mas para logo denunciar os compromissos que havia assumido na véspera.

Também a nível internacional sopravam ventos contraditórios. As instituições internacionais gabavam-se de ter encontrado uma nova via de desenvolvimento, baseada no ajustamento estrutural e na prioridade às exportações. Tanto e tão grande era o êxito dos países do Sul que estes chegavam a ser apresentados como responsáveis pelo desemprego do Norte. Mas, subitamente, os melhores alunos – do México à Indonésia – foram abalados por crises sem precedente que vinham derrubar a sua economia, e atirar milhões de trabalhadores para a sarjeta. Não se via muito bem como evitar que tais crises viessem percutir como um boomerang os países mais ricos; as grandes revistas económicas, como a *Business Week*, recopiavam citações de Marx explicando que o capital é o seu próprio covheiro.

Subitamente, porém, voltou a euforia. Contra todas as expectativas, a Bolsa resistiu às crises financeiras do Sul e prosseguia numa progressão tão exuberante, ou até tão extravagante, que ninguém ousava pensar que pudesse continuar a manter-se. Arrebatados por essa embriaguez, os advogados do capital proclamaram a «nova economia». Com a Internet e a informática, as forças produtivas davam um verdadeiro salto em frente, e transformavam tudo à sua passagem. É cómico vir encontrar nessas odes à «Nova Era» os traços evidentes de um marxismo primitivo que fazia de algumas descobertas técnicas (fascinantes, há que reconhecer) a solução para todos os problemas sociais.

Há que dizer que a «nova economia» parecia sustentar objectivos até então incompatíveis: um crescimento sustentado, talvez eterno, sem inflação dos salários; uma progressão da produtividade do trabalho que permitia alargar o campo dos acordos sociais possíveis; e, por último, economias de capital que garantiam a sua rentabilidade. Seria sobre essa base material que a superestrutura bolsista poderia levantar voo, com o lastro de todos os seus «fundamentais». Esse voo veio agora a desfazer-se pois o «bug do ano 2000» acabou por acontecer, não onde o esperavam, mas no Nasdaq, o templo da alta tecnologia, que perdeu dois terços do seu valor. E agora a euforia volta a ver-se roída pela dúvida.

Em França, o regresso sub-reptício da esquerda ao poder, em Junho de 1997, coincidiu como por magia com o novo arranque de uma conjuntura que até aí parecia condenada à estagnação. Houve alguns milagres: por exemplo, o défice orçamental – que era imperioso reduzir a um nível inferior à barra dos 3 % antes de poder imaginar uma política mais favorável ao emprego – fundiu como por magia com a retoma inesperada do crescimento. Toda a ambiguidade desse período fica resumida sem dúvida pelas posições sucessivas do governo francês. Em 1998, Jospin explicou aos desempregados que dispunha quando muito de mil milhões de francos para responder às suas reivindicações.

Alguns meses mais tarde, o Ministério das Finanças, procurava desta vez dissimular um «bolo» orçamental de várias dezenas de milhares de milhões de francos: os asnos monetaristas haviam esquecido que todo o crescimento suscita receitas suplementares. A situação tinha pois melhorado bastante, só que uma fracção considerável da população francesa não sentia tais melhoras e mostrou-o com bastante rudeza nas eleições autárquicas da Primavera de 2001.

E, de facto, é de uma pessoa sentir vertigens. Os «ganhadores» ostentam com orgulho lucros sumptuosos e opções sobre acções principescas (pelo menos até 2000) para logo explicarem que não se pode aumentar o SMIC (salário mínimo) ou as prestações sociais mínimas, que os subsídios de desemprego são distribuídos com demasiada generosidade, que as despesas de saúde são exageradas. Atingiu-se o cúmulo com o efeito Michelin, suprema «habilidade» praticada em Setembro de 1999, que consistiu a anunciar, com um intervalo de apenas alguns dias, lucros confortáveis e um plano de «supressões de postos de trabalho» (para evitar utilizar a feia palavra de despedimento). Na altura, Lionel Jospin utilizou uma frase terrível para dizer que não se poderia esperar muita coisa do seu governo.

Com efeito, a esquerda governamental participa nesta tarefa de confusão geral. É certo que simula atitudes sociais e se mostra menos surda às aspirações maioritárias. Mas a sua adesão ao social-liberalismo sanciona a ideia de que não há verdadeira alternativa a um sistema que cada vez mais abertamente reivindica o direito às desigualdades. A sua maneira de fazer o trabalho sujo é mais subtil do que a da direita. Sanciona, porém, as decisões anteriores desta, por exemplo em matéria de redução dos encargos ou de reforma das pensões; e tem um jeito especial para dar cabo das melhores ideias, como a redução do tempo de trabalho.

Mais fundamentalmente ainda, essa esquerda aderiu a uma visão do mundo liberal-libertária baseada num individualismo exacerbado. Pretende que é a fruta da época, que o fracasso das experiências de transformação social mostra claramente o perigo do colectivismo. Mas trata-se de uma postura de dançarino de salão: o PS faz que acredita que essa aspiração real à autonomia equivale a uma aceitação entusiástica da concorrência de todos contra todos, da renúncia às solidariedades, e da submissão à ordem mercantil. Ora, não é nada disso que querem as «pessoas». Estas buscam um equilíbrio dinâmico entre um sistema de direitos garantidos – e não de meras «redes de segurança» e de complementos – e a possibilidade de controlarem a sua própria trajetória numa sociedade civilizada. Para responder a essa aspiração, oferecem-lhes a lei da selva explicando-lhes que não há nada mais moderno.

Por detrás da representação eufemizada de uma sociedade que está a regressar a uma espécie de estado natural do capitalismo, vão surgindo novas formas de resistência e de crítica social prática. Vemos constituir-se pouco a pouco uma nova «frente anticapitalista», ou até uma «Quinta Internacional», para retomar as expressões dos analistas do patronato¹. Com efeito, pouco a pouco, os assalariados foram descobrindo o que querem dizer as famosas leis da economia que vêm ser contrapostas às suas reivindicações. Vilvoorde, Michelin, Cellatex e Danone constituem outras tantas etapas nesta aprendizagem. A velha toupeira volta a escavar as suas galerias, e a questionação da ordem mercantil ganha terreno.

Com este livro pretende-se dar um contributo para a refundação de um projecto anticapitalista. A sua construção corresponde à vontade de evitar dois escolhos. O primeiro seria o que consistiria em cingirmo-nos a uma mera denúncia. Ora, as coisas progredem a grande velocidade, e entrámos há pouco numa fase em que a crítica do capitalismo adquire uma nova legitimidade.

¹ Vide boletim da UIMM, *Actualié* n.º 195, de Junho-Julho de 2000.

A reflexão transfere-se para as modalidades de ultrapassagem e para os objectivos da transformação social.

A melhor ilustração desta transferência vamos encontrá-la sem dúvida na transformação do vocabulário. Ainda não há muito, a própria utilização da palavra de capitalismo classificava imediatamente uma pessoa numa ultra-esquerda desligada da realidade social e fortemente suspeita de passadismo. Ao contrário do quadro de Magritte em que aparece um cachimbo acompanhado pela legenda «Isto não é um cachimbo», hoje em dia tornou-se possível afirmar bem alto: «Isto é um capitalismo», de tal forma a realidade designada pelo termo se aproximou do seu conceito.

Falar de capitalismo hoje, mais não é do que querer ser preciso. Mas, dito isto, há que explicar em nome de que é que nos pronunciamos contra o capitalismo. É aqui que surge o segundo eventual escolho, o de começarmos a construir mundos arbitrários, e a escrever a constituição do futuro radioso, com os conhecidos riscos inerentes a tais construções.

O método seguido para nos libertarmos desse duplo risco consistiu, antes do mais, em focalizar a crítica do capitalismo nas suas pretensões actuais, que podem ser analisadas como outros tantos bluffs. O discurso sobre a nova economia é a base – base bastante frágil! – sobre a qual se procura estabelecer essa extraordinária impostura tendente a apresentar como ponta avançada da modernidade um sistema que nos quer levar de volta ao século XIX.

Com efeito, é disso mesmo que se trata: por detrás das invocações incessantes da tecnologia, da mundialização e da sua finança, vão-se instalando relações sociais cada vez mais despojadas. A argumentação brandida para agitar o feitiço do capitalismo patrimonial diante dos que quase nada possuem é sem dúvida um dos pontos culminantes dessa formidável facticidade da visão do mundo capitalista.

Escalpelizar os bluffs do capitalismo, tal é o propósito duma primeira parte, intitulada o impasse capitalista, não para significar que o capitalismo estaria num beco sem saída, mas antes para evocar os becos sem saída para os quais pretende canalizar as nossas esperanças dum mundo melhor.

A segunda regra consistiu em mostrar que nos domínios mais variados – da Internet ao Sida – é o capitalismo que constitui o obstáculo principal para a utilização de todas as potencialidades proporcionadas pelas ciências e as técnicas. Com efeito, o capitalismo consagra uma boa parte da sua actividade a ajustá-las aos moldes frustrantes da mercadoria. Mostramos que, decididamente, as pretensões do capitalismo à modernidade representam uma enorme vigarice. De passagem, não hesitamos em proferir um elogio dos serviços públicos antes de mostrar que há alternativas.

Assim sendo, quer à escala europeia, quer à escala mundial, é possível conseguir «outra coisa». Essa «outra coisa», não é um amanhã radioso de contornos incertos. Há projectos alternativos que existem concretamente, projectos assumidos em todo o mundo por homens e mulheres que agem e debatem em conjunto com essa reivindicação, elementar e irresistível, que consiste em fazer valer os seus direitos a uma vida melhor. É o fio condutor da segunda parte, em que se esboçam pistas para um projecto anticapitalista moderno.